

O IPTU da injustiça social

O GDF apresentou à cidade seu projeto de IPTU para 1997, introduzindo um componente adicional de desfaçatez à proposta indecorosa do ano passado, sustada pela Justiça através de ação movida pelo PMDB. Agora, o Governo do DF pretende investir contra o bolso dos brasilienses, com um projeto de lei capaz de prejudicar a todos os setores da sociedade. As casas e apartamentos de qualquer cidade do DF, que antes pagavam alíquota de 0,3%, agora pode-

rão pagar até 115,33% a mais, conforme sua área. Para a classe média, os reajustes pretendidos variam entre 40 e 115%. Quem mora num apartamento de três quartos no Cruzeiro, Taguatinga, Octogonal, Sobradinho, Sudoeste ou Plano Piloto terá o imposto aumentado em quase 80%. Uma casa com 350 metros quadrados pagará mais 94,3% de imposto.

Para as famílias, a surpresa desagradável é a perda dos redutores para os imóveis edificados, ainda que estes estejam localizados em áreas reconhecidamente carentes. Somente imóveis com até 60 metros quadrados não terão elevação de alíquota - um universo de famílias tão carentes

que, em anos anteriores, estava isento do pagamento.

Para os que têm mais de um imóvel,

está prevista sobretaxação. Sob o torpe argumento de "combater a especulação", prevê-se uma alíquota de 3,5% para a segunda propriedade não edificada. O DF inova e tenta introduzir, por lei, restrições à propriedade no Brasil. Já os imóveis comerciais também correm o risco de ver o IPTU elevado em 1997 em até 43%.

São, todas, medidas altamente desestimuladoras para quem pensava na abertura de novos negócios. A filosofia do projeto é, portanto, mesquinha - além, é claro, de recorrer à velha fórmula dos governos incompetentes para melhorar sua arrecadação. Ao invés de soluções que privilegiem a produção, o emprego e a

renda (que trazem, como consequência, arrecadação tributária), o GDF parte para aumentar o imposto de

quem já paga muito, pouco recebendo em troca.

Pior é que o Governo do DF, na ânsia de iludir a opinião pública, desinforma a todos comparando sua proposta tributária para 1997 com a Lei Complementar nº 06/95, que foi aprovada pela Câmara Legislativa mas cuja validade foi sustada pelo Tribunal de Justiça do DF ainda em dezembro passado, através da concessão de liminar em mandado de segurança impetrado pelo PMDB.

O GDF demonstra impressionante desprezo pelos cidadãos e atira sobre os ombros de 360 mil contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) a amarga conta de sua incompetência para administrar e de sua prática perdulária de gastar. Ao contrário do que diz o discurso oficial, todos os proprietários e inquilinos do DF sofrem com o pacote que reajusta o IPTU. Entre eles, dezenas de brasilienses que, servidores públicos, estão há 19 meses sem aumento de salário.

Luiz Estevão é deputado distrital e líder do PMDB na Câmara Legislativa



ALGUNS EXEMPLOS DE REAJUSTE DO IPTU

Imóvel	Localização	1996	1997	%
Aptº 3 quartos (165 m²)	Asa Sul ou Asa Norte	R\$ 270,24	R\$ 393,07	+ 45,4%
Casa de 4 quartos (lote 800 m²; área 400 m²)	QI 2 - Lago Norte	R\$ 542,18	R\$ 1.097,91	+ 102,5%
Casa de 2 ou 3 quartos (lote 250 m²; área 200 m²)	QNN 1 - Ceilândia Centro	R\$ 125,77	R\$ 194,94	+ 55%
Lote de 1.000 m² com galpão de 600m²	Setor de Indústrias	R\$ 2.568,50	R\$ 3.493,16	+ 36%

O IPTU projetado na tabela não leva em consideração o aumento da pauta de valores venais a ser proposta pelo GDF. Os reajustes acima valem para casas, apartamentos e imóveis comerciais do mesmo tamanho em qualquer lugar do Distrito Federal.